

50 | InterAção

**MITOLOGIA E TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA ÁFRICA:  
AVANÇOS DO NOVO REGIONALISMO**Igor Castellano da Silva<sup>1</sup>**Resumo**

No contexto da existência de mitos sobre a África na disciplina de Relações Internacionais, este trabalho argumenta a favor do Novo Regionalismo como alternativa teórico-metodológica capaz de servir de base para a integração de conceitos e a produção de conhecimentos mais amplos. Como exemplo, introduz a análise sobre possibilidades e limites da agência e estrutura, mediante uma proposta de estudos sobre política externa de potências regionais e penetração extrarregional.

**Palavras-chave:** África; Novo Regionalismo; mitos; política externa; potências regionais.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/NERINT/CEBRAFRICA/CEGOV - UFRGS), Brasil. Mestre em Ciência Política, pela mesma instituição. Pesquisador Associado do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE). E-mail: [igor.castellano@gmail.com](mailto:igor.castellano@gmail.com)

**Abstract**

In the context of the existence of myths about Africa in the discipline of International Relations, this paper argues in favor of the New Regionalism as a theoretical-methodological approach that might serve as a basis for the integration of concepts and production of wider knowledge. As examples, it introduces the analysis of the possibilities and limits of agency and structure, by proposing studies on foreign policies of regional powers and extra-regional penetration.

**Keywords:** Africa; New Regionalism; myths; foreign policy; regional power.

**INTRODUÇÃO**

Um tema introdutório fundamental sobre as Relações Internacionais da África é o debate sobre o contexto. Metaforicamente falando, se pensássemos em qualquer construção civil, um debate inicial e prioritário seria acerca do terreno sobre o qual a nossa obra seria construída e sobre as adaptações necessárias para que ele

estivesse apto à nossa construção. Analogamente, nas Ciências Sociais importa sempre o conhecimento básico (pano de fundo) que temos sobre um tema, e no caso da África ele é caracteristicamente escasso. No Brasil, a despeito de tentativas acadêmicas históricas e atuais de pôr luz sobre a compreensão que temos sobre o continente africano, há ainda pouco espaço para a discussão sobre o tema na mídia e nos debates acadêmicos. Como resultado, o conhecimento que temos sobre África é, sem dúvida, limitado e baseado em uma gama de mitos que vão desde questões mais superficiais (senso comum) até leituras equivocadas no âmbito das Ciências Sociais, como um todo, e das Relações Internacionais (RI), em particular.

Esse texto procura introduzir brevemente os principais mitos dessa última esfera e propor uma alternativa teórico-metodológica que possa contribuir para a produção de um conhecimento mais adequado acerca de suas relações internacionais. Sugere que os avanços alcançados pela corrente do Novo Regionalismo podem trazer contribuições importantes para separarmos o joio do trigo no estudo das relações internacionais africanas – estabelecendo um arcabouço conceitual mais coerente e

possibilitando uma análise mais ampla (interativa e multidimensional) das questões internacionais do continente. Em seguida, avalia dois elementos cruciais nesse arcabouço conceitual como forma de exemplificar as possibilidades do estudo das RI da África, avaliando aspectos da agência africana (política externa das potências regionais) e da estrutura do sistema internacional (penetração extrarregional).

## **1 MITOS BÁSICOS SOBRE A ÁFRICA: DO SENSO COMUM ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS**

O estudo das Relações Internacionais da África é envolto por uma série de mitos do senso comum e das Ciências Sociais que influenciam pré-concepções sobre o papel do continente nas Relações Internacionais.<sup>2</sup> Para fins

---

<sup>2</sup> Por motivos de espaço, provisoriamente, bastaria referenciar aqui que os mitos do senso comum são geralmente calcados em uma percepção de homogeneidade do continente, (i) em termos geográficos (vegetação e clima) e populacionais (raças, etnias e religião); (ii) em uma visão de ausência de progresso (absoluta falta de prosperidade); e (iii) na percepção de que o continente é amaldiçoado (sem riquezas ou capacidade produtiva). Já os mitos que chegam às Ciências Sociais geralmente pecam pelo erro de tipo I das pesquisas acadêmicas, a reprodução de verdades que não correspondem à realidade (BAQUERO, 2009, p. 56). Dentro desse escopo inclui-se a percepção simplista, sustentada por estudos superficiais, (i) de que no

deste estudo, os mitos próprios das Relações Internacionais são os mais importantes. Podem-se elencar duas categorias de mitos nesse caso, os muito pessimistas e os deveras otimistas.

Os pessimistas assumem de antemão que a África não importa para as Relações Internacionais. Essa percepção é geralmente vinculada a uma leitura simplista/cética da epistemologia e teoria neorealista. Argumenta-se que importam os países/regiões que afetam (ou podem afetar) o equilíbrio sistêmico. No caso, a África não importaria (i) por seus países não terem poder para afetar o equilíbrio e (ii) por não ser alvo prioritário de disputas entre potências que o afetam. Entretanto, sob outras perspectivas a África é centralmente relevante para as Relações Internacionais tanto sob a forma de objeto quanto como de sujeito.

---

continente existem apenas regimes autoritários e uma generalizada falta de mobilização social (desconsideração sobre a crescente democratização e histórica mobilização/politização); (ii) de que o Estado africano é muito forte e repressor (desconsiderando a baixa capacidade dos Estados em prover segurança, proteção, bens e serviços); e (ii) de que conflitos armados existentes no continente são centrados no enfrentamento étnico e que a brutalidade neles envolvida é claramente irracional e apolítica (simplificação e supervalorização do elemento étnico e equivalência equivocada entre brutalidade e irracionalidade).

A África é objeto relevante para diversas vertentes teóricas da disciplina, tais como (i) marxismo, pós-colonialismo e Teoria Crítica, que abordam questões de dependência, imperialismo e hegemonia; (ii) neoinstitucionalismo e neofuncionalismo, que valorizam problemas da interdependência e da função das instituições regionais; (iii) do próprio neorealismo, ao analisar momentos em que a África torna-se palco de disputas sistêmicas e alvo de interesses de potências tradicionais e emergentes; e (iv) do realismo neoclássico, que importa-se com processos de construção dos Estados e de interação Estado-sociedade. Igualmente, o estudo da África traria perspectivas alternativas relevantes para a área de Análise de Política Externa (SHAW; NYANG'ORO, 1999, pp. 246-7).

A África também importa como sujeito das relações internacionais em termos empíricos. África e africanos são agentes das relações internacionais ao valer-se, pelo menos formalmente, de ideais coletivistas de integração, desenvolvimento e mudança e, como consequência, ao atuar mediante lideranças individuais e

coletivas que são símbolos dessas ideias (TIEKU, 2011).<sup>3</sup> Além disso, há diversos motivos para se duvidar da passividade dos países africanos nas relações internacionais, a despeito de sua falta de capacidades materiais relativas. Situações diplomáticas diversas evidenciam países africanos como articuladores de barganha e geram um questionamento fundamental na disciplina: quem, afinal, usa quem? (VISENTINI, 2010).<sup>4</sup>

Entre os mitos excessivamente otimistas sobre o papel da África nas Relações Internacionais, importa o saudosismo atual acerca da ascensão da África como nova fronteira mundial comercial e de investimentos e como objeto de interesses geopolíticos, econômicos e estratégicos por parte de potências globais tradicionais e

---

<sup>3</sup> Entre lideranças individuais africanas destaca-se as de relevância global histórica, como Gamal Abdel Nasser, Kwame Nkrumah, Franz Fanon, Nelson Mandela, e de atuação recente, como Boutros-Boutros Gali e Kofi Annan (ambos ex-secretários gerais da ONU), entre tantas outras personalidades políticas, culturais/intelectuais e acadêmicas. Entre as lideranças coletivas, pode-se referenciar o papel destacado dos países africanos nas organizações internacionais, no Movimento dos Não-alinhados e no Pan-africanismo, surgido mesmo antes da descolonização (BABARINDE, 1999, p. 218).

<sup>4</sup> Tais situações diplomáticas emblemáticas ficam claramente sinalizadas com situações históricas (mudança de eixo de alinhamento de Etiópia, Somália e Moçambique no contexto da Guerra Fria) e atuais (utilização por parte de Ruanda do discurso do trauma do genocídio para obter concessões e apoio internacional e blindagem do governo de Robert Mugabe do Zimbábue frente a pressões internacionais mediante discursos anti-hegemônicos e a formação de coalizões regionais e com países em posição semelhante).

emergentes. O caráter mitológico desse tema dá-se não pela sua inveracidade, mas pela falta de maiores explicações sobre as características desse processo, seus elementos constituintes e limites.

Dois aspectos principais sustentam a percepção de que uma nova África está a emergir. O primeiro é econômico e pode ser exemplificado pelo crescimento exponencial que a maioria das economias do continente teve nas últimas décadas.<sup>5</sup> Esse crescimento deveu-se a uma combinação entre aumento dos preços de *commodities* internacionais (e.g. petróleo e alimentos), incremento significativo dos Investimentos Externos Diretos (IED) e aumento do consumo das populações.<sup>6</sup>

O segundo aspecto que caracteriza a nova África é a renovação dos processos de integração regional. Em

---

<sup>5</sup> Algumas análises mais otimistas colocam este crescimento da última década no patamar de 5,7% e estimam que o crescimento africano passará o asiático no quinquênio 2011-2015, mantendo para os próximos 20 anos taxas médias de mais de 7% (THE ECONOMIST, 2011).

<sup>6</sup> Houve o aumento do IED em mais de 400% desde 2000, combinado com novas descobertas de reservas de petróleo e gás em todo o continente (ROXBURGH *et al.*, 2010, p. 54). O incremento do consumo é representado pelo acesso a produtos de menor preço vindo de mercados emergentes, como China, e por uma expansão das classes médias, que hoje já correspondem a 34% da população continental. Atualmente, a maioria dos países do continente encontra-se em um processo de transição em que as classes médias ocupam de 21 a 50% da população (DELOITTE, 2013; MUBILA; AISSA; LUFUMPA, 2011; WONACOTT, 2011).

âmbito sub-regional, destaca-se a proliferação de processos de integração que procuram dar respostas particulares para os desafios de desenvolvimento e segurança do continente. Em âmbito continental, salienta-se a renovação das instituições pan-africanas em fins da década de 1990, concretizadas na criação do *New Partnership for the African Development* (NEPAD) em 2001, da União Africana (UA) em 2002 e em diversos projetos complementares no âmbito da segurança, governança e desenvolvimento.<sup>7</sup> Imbricada nessa reconstrução do pan-africanismo encontra-se a disposição da UA de criar uma política para dialogar coletivamente com seus parceiros estratégicos. Esta realidade representa um novo esforço para inserir-se de maneira mais autônoma e soberana nas relações internacionais, qualificando lucidamente os desafios econômicos, políticos e estratégicos de situar-se como a “nova fronteira”.

---

<sup>7</sup> No âmbito da segurança, pode-se citar o Protocolo de Paz e Segurança de 2002 e o Conselho de Paz e Segurança da UA, além da *African Standby Force*, do *Continental Early Warning System* e do *Panel of the Wise*. No âmbito da governança, destaca-se o *African Peer Review Mechanism*, iniciativa para a promoção da paz pela democracia e governança baseada em mecanismos voluntários e auto-impostos (CASTELLANO DA SILVA, 2013). No âmbito do desenvolvimento, além do NEPAD, projeto de redução do subdesenvolvimento, investimento em infraestrutura e proteção do desenvolvimento humana (hoje formalmente submetido à UA), destaca-se o recente PIDA. Este, em seu Plano de Ação Prioritária (PAP), prevê o investimento de US\$ 68 bilhões até 2020 em projetos em infraestrutura, em setores de energia, transportes, potencial hídrico e telecomunicações (UA; AFDB; NEPAD, 2012, p. 6).

Todavia, há desafios importantes para a sustentabilidade do projeto da nova África. Entre eles, pode-se citar a distribuição irregular da população no continente, o que tende a gerar centros urbanos muito populosos e zonas rurais/interioranas pouco habitadas (HERBST, 2000).<sup>8</sup> Outra dificuldade básica relacionada é o déficit de infraestrutura. Ao comparar o agregado do continente com quatro países do BRICS (exceto África do Sul), tornam-se claras as capacidades limitadas africanas em termos de energia (2,4 vezes menos kw/h per capita) e de densidade de rodovias (4,9 vezes menos Km por 1000 Km<sup>2</sup>) e ferrovias (2,3 vezes menos Km por 1000 Km<sup>2</sup>) (ROXBURGH *et al.*, 2010, p. 47).<sup>9</sup>

No âmbito da integração regional, a nova pujança dos projetos de integração é contrastada com sua grande multiplicidade, superposição e baixa funcionalidade em âmbito econômico e securitário. Na esfera econômica,

---

<sup>8</sup> A situação está conectada com as dificuldades no desenvolvimento de produtividade agrícola no continente, que possui baixas taxas de crescimento de produtividade, se comparadas com demais regiões do globo (HARTMANN, 2008; MONSANTO, 2012, p. 7), e que sofre de uma nova corrida por aquisição de terras por atores públicos e privados estrangeiros (MOYO; YEROS; JHA, 2012).

<sup>9</sup> A situação no âmbito da energia é preocupante. A despeito da grande disponibilidade de recursos energéticos, é limitado o acesso da população à energia elétrica (pior acesso per capita do mundo). Na média dos países pobres africanos, 79% da população não possui acesso à energia elétrica (VASILYEV; KORENDYASOV, 2013).

apesar do aumento do comércio intra-africano nas últimas décadas (20 vezes entre 1980-2010, frente ao aumento de 5 vezes do comércio da África com o mundo no mesmo período), o nível de comércio intra-continental gira em torno dos comeditos 12% (em relação ao comércio total), enquanto que o comércio subregional mantém níveis ainda menores (9,0% intra-SADC, 9,1% intra-CEDEAO, 4,8% intra-COMESA, 0,8% intra ECCAS e 2,6% intra-AMU) (AUC, 2013, p. 25). Em termos securitários, cumpre mencionar que, a despeito de a África apresentar crescente número de conflitos armados no período pós-Guerra Fria, intervenções militares africanas (autóctones) para enfrentar tais desafios têm sido historicamente escassas e de escopo reduzido em comparação com alternativas de instituições globais (ONU) ou de potências extrarregionais (França, EUA e Inglaterra) (WILLIAMS, 2011).

## 2 DA MITOLOGIA À TEORIA

Frente à recorrência de diversos mitos na percepção popular e na análise acadêmica sobre África, uma das alternativas existentes neste segundo caso, especificamente na área de Relações Internacionais, é a utilização de arcabouços teórico-conceituais que possibilitem um modelo mais robusto de análise de fenômenos internacionais no continente. Dentre eles, pode-se citar o da corrente do Novo Regionalismo, que avançou significativamente nas últimas décadas em epistemologia, teoria e metodologia de análise das regiões.<sup>10</sup>

Em primeiro lugar, o Novo Regionalismo rompe com a tradição epistemológica das teorias tradicionais de Relações Internacionais, que buscaram o conhecimento quase exclusivo do centro do sistema para explicar este

---

<sup>10</sup> Novo Regionalismo aqui se refere como o fenômeno atual (pós-Guerra Fria) do aumento da importância das regiões em termos empíricos e teóricos. Em termos empíricos, importa os avanços quantitativos e qualitativos nos movimentos de efetivação e formalização de projetos de cooperação regional. Com o fortalecimento e a expansão das organizações regionais (ACHARYA, 2007; HURRELL, 2007; KATZENSTEIN, 2005; NOLTE, 2010, p. 882), alguns autores chegam a mencionar que a regionalização e o regionalismo são atualmente a força motriz da política global (FAWCETT, 2004, p. 431; FAWN, 2009, p. 5; SÖDERBAUM; SHAW, 2003). Em âmbito teórico, importa a evolução do estudo das regiões, foco principal deste trabalho.

sistema em sua totalidade, dando reduzida atenção às regiões (KELLY, 2007). Em segundo lugar, o Novo Regionalismo não descarta o diálogo com as teorias de Relações Internacionais e busca o seu progresso. Vale-se do arcabouço conceitual das teorias das RI como ponto de partida para explicar as regiões como sistemas relativamente autônomos.<sup>11</sup> Em terceiro lugar, o Novo Regionalismo possibilita o rompimento do delineamento exclusivamente cartográfico para as regiões, incluindo elementos da interação empírica entre unidades e da multidimensionalidade dessas interações (segurança, identidade, interações econômicas, etc) como ponto central.

Tendo como ponto de partida as possibilidades construídas pela corrente do Novo Regionalismo, podem-se elencar seis conceitos básicos que serviriam como modelo de análise regional e que interagem de forma complexa e se interferem mutuamente. São eles: (i) as dinâmicas entre diferentes atores da região (nas áreas política, econômica, securitária e sócio-identitária), (ii) a

---

<sup>11</sup> Buzan e Waever (BUZAN; WÆVER, 2003) e Lake (LAKE, 1997) incorporaram elementos teóricos do neorealismo de Waltz, enquanto que Lemke (LEMKE, 2002) se baseia no arcabouço da Teoria de Transição de Poder.

penetração de potências extrarregionais; (iii) a Capacidade Estatal dos países da região (polaridade regional); (iv) a política externa das principais potências regionais; (v) a configuração de alianças na região (polarização); e (vi) o Padrão de Cooperação-Conflito.

Ao passo que este modelo geraria desvantagens com a complexificação e a ampliação dos estudos, aumentando a necessidade de maiores esforços de pesquisa caso tentem-se evitar análises amplas e superficiais, haveria vantagens significativas em sua utilização. Isso devido aos aspectos de interatividade, multidimensionalidade e progressividade.<sup>12</sup>

Essas características colaboram para o estudo dos regionalismos no Sul. Particularidades dessas regiões em desenvolvimento (incapacidades do Estado e desafios do desenvolvimento) refletem necessidades de esforços

---

<sup>12</sup> A **interatividade** refere-se ao uso de dinâmicas e interações entre atores estatais e não estatais como forma de delimitação de regiões, em oposição a delimitações preconcebidas a partir da geografia ou organizações regionais de integração (as quais aqui são tratadas apenas como um dos aspectos de interação regional). A **multidimensionalidade** diz respeito às diferentes esferas de interação, que no mundo real não abarcam isoladamente questões econômicas, ou políticas, ou securitárias, ou sócio-identitárias - mas todas elas integradas. A **progressividade** está envolvida no diálogo com conceitos próprios da teoria de Relações Internacionais e com a possibilidade que esse diálogo crítico pode trazer para o progresso da disciplina, em termos lakatosianos.

específicos na leitura de seus regionalismos. Por exemplo, nesses casos é fundamental perceber a interação entre regionalização e globalização como processos complementares, mas também conflitantes, já que a globalização traz possibilidades, mas também intensifica assimetrias. Igualmente, as particularidades e dificuldades nos processos de construção do Estado dão relevância a aspectos da participação de atores não estatais nas interações regionais e da multidimensionalidade dessas interações. Além disso, o papel de potências regionais e da penetração extrarregional também acaba sendo destacado para a avaliação de aspectos da agência e da estrutura no continente.

No primeiro caso, o regionalismo no Sul envolve o fenômeno da emergência de **potências regionais** no sistema internacional, articulando suas regiões em seu eixo gravitacional e possibilitando incremento de capacidades e de legitimidade nesse pleito.<sup>13</sup> A

---

<sup>13</sup> A maior autonomia relativa das regiões no pós-Guerra Fria é centrada no fenômeno das potências emergentes, que produzem um "efeito gravitacional" (PAUTASSO, 2011) em torno do seu eixo de ação, fazendo com que as regiões em seu entorno passem a se direcionar cada vez mais para seu eixo e acompanhem de forma relativa o seu crescimento - adquirindo maiores desafios e dependência, mas também mais benefícios se comparado à relação centro-periférica. Desequilíbrios estruturais experimentados pela ordem americana desde a década de 1970 e a exportação do

regionalização acaba sendo necessidade estratégica fundamental das potências regionais em sua meta de ascensão global (ODÉN, 2000, p. 261). Por outro lado, as potências regionais do Sul experimentam – devido aos seus desafios e disputas internos e a incapacidades materiais específicas no provimento de bens regionais – contestação de sua liderança, o que complexifica todo o processo.

No segundo caso, a assimetria de poder do sistema internacional em desfavor das regiões do Sul, adicionada aos processos históricos do colonialismo e imperialismo que, como base de expansão do sistema capitalista, constituíram estruturas de vinculação e dependência que mantêm vivos os mecanismos de **penetração extrarregional**. Esta ocorre por meio de penetração material (econômica, política e militar) e simbólica (cultural e ideológica) de atores estatais e não estatais dos países centrais e emergentes, mediante conexões com grupos de interesse locais. Tal penetração

---

paradigma científico-tecnológico da Terceira Revolução Industrial para a periferia do sistema são fatores que possibilitaram maior protagonismo de potências emergentes em suas respectivas regiões e no sistema internacional (ARRIGHI, 1996, pp. 9, 309 e 350-1; CHANG, 2004, pp. 92-3; GILPIN, 2001; TODD, 2003, pp. 25-6; VIZENTINI, 2004, pp. 11, 36 e 85).

pode, no entanto, ter características positivas ou negativas para o desenvolvimento, a segurança e a autonomia local, de acordo com o conteúdo ético que carrega, como se verá adiante.

As próximas seções desse texto focam, de forma introdutória, nesses dois elementos (política externa de potências regionais e penetração extrarregional no continente) – os quais, além de comporem o arcabouço teórico-conceitual sugerido para a análise de regiões, são fatores-chave para a avaliação do regionalismo no Sul.

### **3 POLÍTICA EXTERNA NA ÁFRICA: O PAPEL E OS LIMITES DAS POTÊNCIAS REGIONAIS**

No âmbito da literatura acadêmica sobre política externa dos países africanos é recorrente a presença de dois elementos fundamentais. O primeiro é o fator da dependência, do aspecto periférico de sua participação no sistema internacional (sobretudo por assimetrias econômicas e militares), o que, junto a desafios internos, constrange a ação dos países africanos desde a

independência até os dias atuais (KHADIAGALA; LYONS, 2001, pp. 3,7; KHADIAGALA, 2001, p. 131).

O segundo fator, relacionado com o primeiro, é o aspecto da sobrevivência; o enfoque em elementos (mais ou menos institucionalizados, formais ou informais) utilizados pelos países africanos para exercer agência nesse sistema assimétrico. Dentre as teorias do segundo caso, a possivelmente mais explicativa bebe na noção da dualidade entre estatidade (*statehood*) jurídica e empírica como atributos da soberania africana (JACKSON; ROSBERG, 1982). Nesse caso, Christopher Clapham (1996) é o expoente mais notório, ao analisar o caso africano dentro de um modelo explicativo da política no Terceiro Mundo (CLAPHAM, 1985). Clapham ressalta como os elementos da estatidade jurídica possibilitam a agência desses países (garantia de participação no sistema interestatal), a despeito de suas incapacidades materiais e imateriais (baixa estatidade empírica).

Todavia, a teoria de Clapham, acaba por obscurecer aspectos importantes das relações interafricanas e como países com capacidade relevante influenciam os padrões de interação do continente

(cooperação ou conflito). Ou seja, seu estudo parece ser insuficiente para demonstrar como a estatidade empírica, em oposição à jurídica, determina as interações, e em que medida a assimetria de poder *dentro* da África define relações e estruturas. Em suma, que a agência de alguns países africanos (potências regionais) estaria sim baseada e determinada por aspectos de estatidade empírica.

Um primeiro passo para a superação dessa lacuna teórica seria a avaliação de quais são as potências regionais no continente africano. Esta avaliação deveria idealmente focar em elementos materiais e imateriais (identificação de Capacidades Estatais).<sup>14</sup> Por um lado, capacidades materiais podem determinar as capacidades

---

<sup>14</sup> Para Buzan e Weaver (2003) – assim como para Frazier e Stewart-Ingersoll (2010), Nolte (2010), Destradi (2008), Nabers (2010) e Schirm (2009) – há dois grupos principais de elementos que deveriam ser levados em consideração na avaliação de potência. O primeiro grupo engloba elementos tradicionalmente utilizados pelo realismo teórico: as capacidades materiais. No lado do realismo defensivo, Kenneth Waltz ressalta a distribuição de capacidades materiais entre os fatores que compõe a estrutura e considera fatores como território, população, recursos naturais, riqueza, força militar, estabilidade política e competência como qualidades de uma potência que determina a polaridade do sistema. No lado do realismo ofensivo, John Mearsheimer argumenta que as capacidades de os Estados maximizarem poder no sistema estão relacionadas com a disponibilidade de poder concreto (capacidade militar, sobretudo, exércitos) e poder potencial (tamanho da população e riqueza) (MEARSHEIMER, 2002; WALTZ, 1979). Já o segundo grupo é mais ligado a critérios comportamentais, tais como o reconhecimento formal de um país como líder regional e a necessidade de que cálculos políticos dos membros da região levem em consideração os países mais poderosos.

de um país exercer liderança no continente.<sup>15</sup> Por outro, elementos como interesse (vontade em exercer liderança) e reconhecimento (capacidade empírica de liderar) são aspectos chave para a concretização do poder.<sup>16</sup> Um segundo passo para esta elaboração teórica seria a avaliação de se e como estas potências afetam comportamentos e estruturas continentais e/ou subregionais (padrões de cooperação e conflito dentro das dinâmicas regionais) e até que ponto elas possuem autonomia frente à penetração extrarregional (investimentos, comércio e intervenções político-militares).<sup>17</sup>

A avaliação de potências regionais na África em termos de capacidades materiais envolveria, por si só,

---

<sup>15</sup> Para os neorealistas “identity and behaviour of regional powers should be determined by the regional distribution of these capabilities” (FRAZIER; STEWART-INGERSOLL, 2010, p. 737). Em outras palavras, as capacidades materiais são condição para que os aspectos comportamentais se concretizem propriamente (Ibidem, p. 738).

<sup>16</sup> Robert Cox, com influência de Gramsci (dominação e direção) e Maquiavel (símbolo do centauro), lembra com propriedade o papel da liderança (cooptação e consenso) na hegemonia. Para ele, “*to the extent that the consensual aspect of power is in the forefront, hegemony prevails. Coercion is always latent but is only applies in marginal, deviant cases. Hegemony is enough to ensure conformity of behavior in most of the time*” (COX, 1996, p. 127).

<sup>17</sup> O estudo aqui proposto não realiza nenhuma dessas duas tarefas de forma adequada (sobretudo a segunda, que requereria um programa amplo de pesquisa). Busca-se brevemente aqui introduzir a discussão e avaliar brevemente pistas sobre quais seriam as potências continentais africanas e quais os paradoxos em termos de capacidades materiais e imateriais.

dificuldades importantes. Há diversas posições acerca da proposta mais adequada de mensuração de capacidades estatais.<sup>18</sup> Para fins desse estudo poderíamos utilizar dados desagregados referentes ao poder potencial e poder concreto ou utilizar de índices já produzidos. Em ambos os casos a avaliação de uma potência regional deve ser relativa - direcionada à observação de capacidades excedentes em relação a demais países (% sobre capacidades regionais).<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Algumas focam na sustentabilidade das relações domésticas entre Estado e sociedade (HANSON; SIGMAN, 2013; TILLY, 2007), outras avaliam sobretudo o poder dos países em suas relações externas, o que a geopolítica chama de Poder Nacional (HÖHN, 2011).

<sup>19</sup> O principal elemento que define a existência de uma potência global ou regional é a presença de uma diferença significativa entre o país em questão e os demais países pertencentes ao nível de análise considerado - global ou regional. Em suma, o que importa é o gap entre o país candidato à potência e os demais (LEMKE, 2010).

**Tabela 1 - Potências Regionais Africanas: mensuração quantitativa preliminar**

Poder Potencial											
Território (área, milhões de Km <sup>2</sup> )			População absoluta (milhões)			PIB nominal (bilhões de US\$ correntes)			Gasto militar (bilhões de US\$ correntes)		
País	2009	%	País	2012	%	País	2009	%	País	2007	%
<b>Argélia</b>	2,38	8,11	<b>Nigéria</b>	168,83	15,62	<b>África do Sul</b>	282,75	19,16	Egito	4,64	18,71
<b>Sudão</b>	2,38	8,09	<b>Etiópia</b>	91,73	8,49	<b>Egito</b>	188,98	12,81	<b>Argélia</b>	4,27	17,22
RD Congo	2,27	7,72	<b>Egito</b>	80,72	7,47	<b>Nigéria</b>	168,57	11,42	<b>África do Sul</b>	3,75	15,13
Líbia	1,76	5,99	RD Congo	65,71	6,08	<b>Argélia</b>	140,58	9,53	Marrocos	2,41	9,71
Níger	1,27	4,31	<b>África do Sul</b>	51,19	4,74	Marrocos	91,37	6,19	Angola	2,26	9,13
Chade	1,26	4,29	Tanzânia	47,78	4,42	Angola	75,49	5,12	Nigéria	0,98	3,95
Angola	1,25	4,24	Quênia	43,18	4,00	Líbia	62,36	4,23	Quênia	0,68	2,75
Mali	1,22	4,15	<b>Argélia</b>	38,48	3,56	<b>Sudão</b>	54,63	3,70	Líbia	0,66	2,65
<b>África do Sul</b>	1,21	4,13	<b>Sudão</b>	37,20	3,44	Tunísia	43,52	2,95	<b>Sudão</b>	0,52	2,11
Mauritânia	1,03	3,51	Uganda	36,35	3,36	<b>Etiópia</b>	31,96	2,17	Tunísia	0,47	1,90

**Tabela 2 - Potências Regionais Africanas: mensuração quantitativa preliminar (cont.)**

Poder Concreto Forças Armadas (tamanho em milhares)			Valores Agregados Índice CINC		
País	2009	%	País	2007	%
Egito	865,50	27,58	Egito	0,010	13,34
Argélia	334,20	10,65	Nigéria	0,008	10,70
Marrocos	245,80	7,83	África do Sul	0,006	8,68
Eritréia	201,75	6,43	Argélia	0,005	7,27
Nigéria	162,00	5,16	Marrocos	0,004	6,14
RD Congo	159,00	5,07	RD Congo	0,004	5,73
Etiópia	138,00	4,40	Etiópia	0,004	5,30
Sudão	126,80	4,04	Sudão	0,003	4,23
Angola	117,00	3,73	Angola	0,002	3,41
África do Sul	77,15	2,46	Eritréia	0,002	3,10

**Notas:** As tabelas apresentam os dez países mais capazes em cada indicador. Dados mais recentes, tendo em vista a disponibilidade para a maioria dos países. Em azul, países que aparecem em todos os critérios (África do Sul, Argélia e Sudão pré-divisão). Em verde, países que aparecem em quase todos os critérios. Nigéria e Egito apenas não aparecem no território, mas possuem território muito próximo do da Mauritânia e ganhariam posições com a recente perda de território do Sudão. Etiópia ocupa a 11ª posição em território e gasto militar, possivelmente estaria elencado em todos os quesitos se os dados fossem mais atualizados (após a divisão do Sudão). O Índice CINC (*Composite Index of National Capability*) é uma medida estatística de Poder Nacional do projeto *Correlates of War* que engloba a relação entre população total, população urbana, produção de ferro e aço, consumo de energia primária, gasto militar e contingente militar.

**Fonte:** COW, 2011; WB, 2013

**Autor:** CASTELLANO, 2013

A avaliação prévia demonstra a existência de potências que se destacam em termos de capacidades materiais. Em todos esses casos uma questão de pesquisa relevante seria “por que tais países se destacam em relação aos demais?”. Uma hipótese prévia seria a existência de

uma trajetória histórica diferenciada que condicionou a necessidade de construção de capacidades excepcionais.<sup>20</sup>

Entretanto, ao passar para a análise de capacidades imateriais alguns paradoxos começam a surgir. No que diz respeito ao interesse em atuar como potência continental, por exemplo, há casos em que a atuação é ativa, outros em que os interesses parecem ser reduzidos. No primeiro caso, África do Sul, Nigéria e Líbia pareciam ter, no pós-Guerra Fria, um projeto continental ambicioso. A construção do NEPAD e a reforma da União Africana teve grande suporte desses

---

<sup>20</sup> Na **África do Norte**, a competição interestatal foi muito mais acirrada – sobretudo pelas guerras com potências europeias e de independência e a rivalidade com Israel. Além disso, os esforços de travamento das guerras na região foram em geral na direção no fortalecimento das estruturas do Estado e dos exércitos nacionais. Isso também ocorreu pelo caráter antissistêmico que possuíam os regimes da região e pelos níveis mais reduzidos de tutela internacional *vis a vis* o restante do continente. Não é à toa que a maioria dos países da região possui capacidades excepcionais. Na **África Ocidental**, o problema do separatismo em Biafra e a rivalidade histórica com a presença francesa na região fizeram com que a Nigéria se fortalecesse de maneira diferenciada. No **Chifre da África**, as rivalidades interestatais entre Sudão e Etiópia e desta com a Somália também levaram à ascensão de regimes nacionalistas com o apelo do fortalecimento do Estado. Todavia, nos últimos anos, a derrota de Etiópia e Sudão frente aos separatismos e a implosão interna da Somália – devido sobretudo à interferência externa – geraram incertezas quanto à distribuição de poder futura na região. Na **África Austral**, as trajetórias diferenciadas traçadas por Angola e África do Sul levaram ao fortalecimento desses Estados. O isolamento do regime sul-africano do Apartheid incentivou ações de fortalecimento da autonomia do Estado, que resultou em capacidades extraordinárias para a hoje democrática África do Sul. A recente vitória praticamente autônoma de Angola frente ao seu conflito civil e as atuais políticas de crescimento econômico e fortalecimento do exército nacional também dão a esse país uma experiência destacada no continente.

países, sobretudo dos dois primeiros (CASTELLANO DA SILVA, 2013; LANDSBERG, 2010, pp. 144-5). A Líbia, por exemplo, valeu-se das capacidades adquiridas com as reformas promovidas pelo regime de Kadafi e avançou em direção ao continente africano, estabelecendo um projeto autonomista-desenvolvimentista. Buscava construir uma base de suporte que possibilitasse uma alternativa estratégica frente ao imbróglio do Oriente Médio e às eventuais pressões internacionais (MAKINDA; OKUMU, 2008, pp. 31-4).<sup>21</sup>

Outros países, a despeito de possuírem capacidades materiais destacadas, não parecem dispor de interesses tão claros na liderança regional. Etiópia, Egito, Argélia, Tunísia e Marrocos são exemplos desse caso. Nesse grupo, apenas a Argélia possuiu, em breve período de discussão da renovação das instituições continentais, ambições de liderança para além de sua região. Egito, por seu turno, apesar de parecer se importar com a relevância do continente para a legitimidade de suas ambições

---

<sup>21</sup> Kadafi direcionou grande parte de seu fundo soberano de US\$ 70 bilhões para a África e investiu principalmente através do seu *Libya Arab Africa Investment Company* (Laaico) e do *Libya African Investment Portfolio* (LAP) em projetos de petróleo, gás, telecomunicações e em setores agrícola, florestal e hoteleiro (LTIMES, 2011; REUTERS, 2011).

globais, sobretudo para a reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), não dispõe de projeto claro para a região, permanecendo voltado mais aos problemas do Oriente Médio (TAHA, 2013).<sup>22</sup>

Há outros casos emblemáticos. Angola posiciona-se como uma potência regional em emergência, contudo não dispõe de projeto de atuação para além de sua região de segurança vital (RD Congo e R Congo) ou dos PALOPs africanos. RD Congo foi historicamente um caso de potência regional e mantém capacidades potenciais para isto. Entretanto, sua crise atual (relacionada ao processo de construção do Estado e a rivalidades subregionais) posiciona esse país em estado de espera para uma ascensão mais sustentável. Senegal é um caso simbólico por situar-se em lado oposto. Possui poucas capacidades materiais significativas, mas dispõe de interesses em participar de processos políticos subregionais e continentais relevantes, dentre eles a liderança junto à CEDEAO e às articulações de criação do NEPAD (AU, 2007; DIALLO, 2012).

---

<sup>22</sup> Novas pesquisas poderiam avaliar o porquê desta posição tímida por parte de potências capazes. Eventualmente, uma hipótese possível é que tais países possuem desafios internos e subregionais impeditivos.

Todavia, interesses não são tudo no âmbito das capacidades imateriais. Para esses países importam também o reconhecimento de sua liderança – o que para muitos é ainda diminuto. Por exemplo, África do Sul e Nigéria possuem ambição de representar a África para além do continente. Essa ambição é mais claramente percebida em seu pleito de ocupar um assento permanente no CSNU, para o qual articulam (ora em competição, ora em cooperação) a possibilidade de obtenção dos possíveis dois assentos permanentes africanos (BOSCO, 2013; NESNERA, 2006; ORI, 2009). Entretanto, nenhum dos dois países dispõe de apoio incontestável dos vizinhos africanos nesse pleito. África do Sul também possui ambição em ser a voz do continente em sua participação no grupo BRICS, argumentando a favor de sua posição como *gateway* do continente (GAMES, 2012; KAHN, 2011; THE ECONOMIST, 2012). Entretanto, tanto a sua posição prática como *gateway* quanto à aceitação de sua representativa estão longe de ser realidade garantida (DRAPER; SCHOLVIN, 2012; MUSIITWA; WACHIRA, 2012; PENCE, 2012), demonstrando os limites da liderança regional sul-africana, sempre constrangida pelo legado histórico do

Apartheid (FLEMES, 2009). Outros limites para a liderança das potências continentais são: a falta de cooperação entre eles<sup>23</sup>, a falta de ações para o convencimento dos liderados<sup>24</sup> e a falta de capacidades reais mais significativas para competir com a (e de projeto viáveis para beneficiar-se ou proteger-se da) penetração externa. Nesse último ponto, importa compreender quais são os principais projetos de penetração extrarregional no continente e como eles contribuem para o desenvolvimento, a soberania e a autonomia da região.

---

<sup>23</sup> Chris Landsberg aborda o concerto de potências entre Nigéria e África do Sul, que teve seu auge entre o final dos anos 1990 e 2005 (momento de grande renovação da agenda africana) e desde então entrou em declínio (LANDSBERG, 2008, pp. 204-6), o que prejudicaria o processo de busca por soluções africanas para problemas comuns.

<sup>24</sup> Sobre os limites dos instrumentos de cooptação dos liderados, importa mencionar o argumento de alguns autores sobre (i) a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento alternativa por parte das potências regionais (ABRAHAMSSON, 2000, p. 280); (ii) e a importância de estas se consolidarem como "*benevolent hegemon*" (ODÉN, 2000, p. 258), pondo em prática uma hegemonia cooperativa (PEDERSEN, 2002).

#### **4 A PENETRAÇÃO EXTRARREGIONAL: DIFERENTES MODELOS DE INSERÇÃO?**

Em relação à análise da penetração extrarregional no continente africano, mais do que descrever como cada processo particular se desenvolve, importa compreender como cada um deles é capaz de refletir nos desafios de desenvolvimento e segurança, na soberania e na autonomia dos países africanos. Esses elementos relacionam-se com a proposição de Azar e Moon (1998), que, assim como Ayooob (1991), assumem que *“building stronger states is virtually the only way in which the vicious circle of unstable states and an unstable security environment can be broken”* (AZAR; MOON, 1988, p. 40). Assim, na prática trata-se de igualmente verificar como essa penetração afeta os processos de construção de capacidades estatais no continente.

A esse respeito, em avaliação preliminar (que necessitaria ser aprofundada e expandida), seria possível dividir o conteúdo ético e as consequências imediatas da penetração das principais potências globais (tradicionais e emergentes) e de atores não estatais na África em três

eixos. O primeiro eixo é o de reprodução de dependências; o segundo é predominantemente ambíguo, cuja lógica dependência/autonomia é ainda incerta; e o terceiro é aquele que sinaliza aparentemente as possibilidades de redução parcial de dependências.

No primeiro caso, poder-se-ia listar a atuação de EUA e as principais forças coloniais dos séculos XIX e XX, França e Grã-Bretanha. Para EUA e França, a importância estratégica do continente africano aumentou consideravelmente na primeira década dos anos 2000 (IISS, 2010:283). Se o surgimento do terrorismo na África passou a importar principalmente a partir dos ataques de 1998 às embaixadas norte-americanas em Dar-es Salaam e Nairóbi, o estopim para uma atuação mais assertiva dos EUA no continente foi o ataque de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque (ESTERHUYSE, 2008). A partir do lançamento da guerra global ao terror, a África, principalmente no Magreb, Chifre e Sahel, foi vista como região estratégica. Em 2002, houve o estabelecimento do *Combined Joint Task Force-Horn of Africa* (CJTF-HOA), uma iniciativa dos EUA em conjunto com os países do Chifre da África para atuar contra o surgimento e a ação de

grupos terroristas na região. A parceria resultou no estabelecimento de 2.500 tropas americanas constantemente baseadas no Djibuti, país de importância geopolítica central também pela proximidade do Golfo Pérsico. Já em 2007, a penetração se tornou mais ambiciosa, com o anúncio da criação do Comando Africano (AFRICOM).<sup>25</sup>

Embora houvesse otimismo por parte de alguns autores em relação ao papel positivo da presença do AFRICOM no que diz respeito à *construção de capacidades* (ESTERHUYSE, 2008), a realidade verificada até o momento não reduz dependências e envolve sobretudo o *fornecimento de capacidades*: o estabelecimento de missões de suporte a operações militares de países Africanos<sup>26</sup>, a patrulha de zonas costeiras e a realização de operações militares com ou sem o consentimento dos países do

---

<sup>25</sup> **AFRICOM** - Comando inaugurado em outubro de 2008. Anteriormente, a responsabilidade pela África dentro do Pentágono se dividia entre o Comando Europeu (EUCOM), o do Pacífico (PACOM) e o Central (CENTCOM). Ao contrário do que se esperava, com a posse de Obama, o orçamento destinado ao Comando cresceu de US\$310,00 milhões em 2009 para US\$1,014 bilhões em 2010 (IISS, 2010, p. 288). Importa que, mesmo antes do estabelecimento do AFRICOM, em 2006 a marinha dos EUA passava, em um período de seis meses, 180 dias nos mares da região. Grande crescimento se comparado à presença de 10 dias para o mesmo período em 2004 (IISS, 2007, p. 253).

<sup>26</sup> Apoio a Etiópia em 2006-7 contra a União das Cortes Islâmicas da Somália e a países dos Grandes Lagos contra o LRA.

continente, sejam elas unilaterais (e.g. ataques aéreos a focos terroristas na Somália)<sup>27</sup> ou multilaterais, como no suporte militar às operações contra grupos insurgentes na África Central e a operação da OTAN na Líbia. Se comprovada a preponderância da segunda opção, a segurança regional africana parece sair prejudicada.

A França passou de um período de desengajamento após 1994 (crise em Ruanda) para um novo intervencionismo travestido de multilateralismo – representado pela Nova Política Externa para a África. O novo intervencionismo francês teve seus momentos mais dramáticos nas recentes intervenções em Costa do Marfim e Líbia, ambas legitimadas por instituições multilaterais. Importa referir que esse novo avanço francês para a África, concretizado na política externa neoconservadora de Nicolas Sarkozy, esteve diretamente relacionado à tentativa de recuperação de espaços perdidos no continente e à importância histórica que este tem para a França, sobretudo no que diz respeito a recursos

---

<sup>27</sup> Em setembro de 2009, uma operação dos EUA na Somália matou *Saleh Ali Saleh Nabhan*, um dos mais procurados membros da Al-Qaeda na África, ligado aos atentados de 1998 nas embaixadas na Tanzânia e Quênia e de 2002 em um hotel do Quênia.

energéticos.<sup>28</sup> O novo intervencionismo francês não parece ter cessado com a ascensão de François Hollande, mormente em regiões política e economicamente estratégicas, como Mali e República Centro Africana (RFI, 2013).

No caso britânico, a vinculação ao neointervencionismo francês e a maior presença econômico-comercial retoma traços das políticas do primeiro governo de Tony Blair para o continente (busca por ampliar espaços de manobra e reassegurar o controle de sua esfera de influência mediante o intervencionismo militar e a influência econômico-comercial), ao contrário de políticas posteriores focada na assistência e na cooperação internacional (PORTEOUS, 2008).

A penetração destas potências tradicionais parece ser cada vez mais incentivada pelo acesso a, e controle de, fontes de recursos naturais/energéticos. Importa lembrar que os Estados Unidos buscam diversificar suas fontes de

---

<sup>28</sup> A dependência energética da França chega atualmente a mais de 80%. A taxa de dependência de recursos minerais vindos da África é historicamente alta, 100% para o urânio, 90% para a bauxita, aproximadamente 80% para o manganês, mais de 60% para o cobalto e aproximadamente 70% para o petróleo (RENOU, 2002, p. 7). Lembra-se que, historicamente, recursos naturais estratégicos tiveram que ser vendidos em condições privilegiadas para a França em troca de acordos de cooperação e defesa.

hidrocarbonetos, principalmente reduzir a sua dependência por petróleo do Oriente Médio, região caracterizada por instabilidades latentes tanto na subregião do Golfo Pérsico quanto na do Levante. Esta maior dependência dos países africanos *vis a vis* os EUA incentiva o movimento norte-americano de recuo estratégico para regiões geograficamente mais próximas, como o Atlântico Sul.<sup>29</sup> O mesmo movimento é visto com o avanço do eixo franco-inglês à Líbia e a penetração de companhias de exploração de hidrocarbonetos (Total e Tullow) nesse país e nos Grandes Lagos da África Central (Uganda).

No âmbito da lógica incerta pode-se citar a atuação da Alemanha e de algumas organizações intergovernamentais. A Alemanha atuou historicamente para a promoção do desenvolvimento mais estrutural do continente africano com atividades que incentivavam o perfil produtivo da economia, baseada no fomento de

---

<sup>29</sup> Atualmente, a África já empata com o Oriente Médio no suprimento de petróleo para os EUA (PLOCH, 2011, p. 9), sendo que a Nigéria (maior produtor da África subsaariana) é responsável pela maior parte deste fornecimento (quase 9% das importações dos EUA, o quinto maior fornecedor). A situação parece estar igualmente relacionada com a descoberta de grandes reservas de petróleo (e gás) *on-shore* no continente nos últimos 20 anos, mormente na região dos Grandes Lagos da África Central (BENNET, 2010).

atividades econômicas estruturais e na transferência, mesmo que limitada, de tecnologia. Entretanto, devido ao foco adquirido no pós-Guerra Fria de expansão e consolidação da integração europeia em direção ao leste, os programas do país para a África adquiriram caráter imediatista e cunho assistencialista, com foco em ajuda humanitária, na redução da pobreza e em programas de melhoria da governança.

As políticas europeias para o continente se assemelham às germânicas ao buscar englobar conceitos como boa governança e direitos humanos (OECD, 2011). Além disso, a política europeia (UE) para o continente parece envolver uma ambiguidade básica no tema paz e segurança. Por um lado, sustentam intervenções militares multilaterais<sup>30</sup>, que reproduzem a dependência dos países africanos de tropas externas. Por outro, incentivam

---

<sup>30</sup> Como exemplo de intervenção militar multilateral na África Austral, pode-se citar aquelas realizadas na RDC no conflito da região de Ituri e na segurança eleitoral de 2006. A União Europeia estabeleceu em 2003 uma operação para tentar conter os conflitos armados de Ituri e retomar o controle da capital Bunia, perdido pelas tropas da MONUC. A Operação Artemis, contou com a participação 1.800 homens com liderança francesa (900-1.400 tropas francesas) e engenheiros militares e aviões de transporte do Reino Unido. Igualmente, a realização das primeiras eleições em 40 anos foi assegurada não somente pelo aumento do contingente da MONUC, mas também pelo estabelecimento de 1800 a 2000 tropas Francesas e Alemãs como parte da Operação EUFOR RD Congo.

reforma do setor de segurança<sup>31</sup> e a realização de exercícios militares conjuntos<sup>32</sup> - que, apesar de apresentarem falhas e interesses econômicos envolvidos, parecem dar contribuições mais estruturais para o continente.

A ONU sofre do mesmo dilema. Ao mesmo tempo sustenta programas de reforma do setor de segurança e intervenções militares na região. À primeira vista as ações podem parecer complementares, entretanto guardam diferenças ontológicas: enquanto aqueles são direcionados à construção de capacidades estas focam no fornecimento de apoio de curto prazo. A organização mantém no continente o seu maior contingente de missões de paz, com aproximadamente 50.000 tropas. Além disso, os *peacekeepers* da ONU também se tornaram uma ameaça à

---

<sup>31</sup> Processos de RSS foram apoiados em países como RDC e Angola. Na RDC tanto França, quanto Inglaterra e a própria UE (EUSEC e EUPOL) participaram de maneira efetiva na RSS. Como exemplo, em 17 de junho de 2006, a RDC assinou uma convenção com a França que permitiu a abertura de um fundo e o início da assistência francesa para a modernização das FARDC. Em Angola, Portugal auxiliou no treinamento e na modernização das FAA durante a década de 1990 e início de 2000.

<sup>32</sup> Exercício militares foram mantidos e iniciados. Entre os exemplos, Angola e Moçambique continuaram com os tradicionais exercícios militares junto aos países da CLP, enquanto que a parceria naval entre África do Sul e Alemanha garantiu uma série de exercícios navais inéditos. Todavia, salvo possivelmente pelo caso do Congo, a penetração de potências europeias na África Austral foi sobremaneira reduzida e destituída de um projeto político mais amplo se comparada à sua inserção na África Ocidental ou no Magreb.

segurança local com a reprodução de casos de estupro cometidos por suas tropas.<sup>33</sup>

A inserção chinesa também possui ambiguidades claras. Busca claramente matérias primas para sustentar crescimento e mercados para seus produtos industrializados. No primeiro caso, as relações chinesas possuem o intuito principal de sustentar o crescimento industrial chinês suprindo de matérias-primas um país com recursos internos insuficientes para a sua pujança econômica. O maior parceiro comercial chinês na região, Angola [responsável por 25% do comércio sino-africano (IISS, 2010, p. 289)], é também o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana. Em contrapartida, os manufaturados básicos chineses começam a invadir o continente, o que caracteriza, em âmbito geral, uma relação de troca tradicionalmente presente no comércio centro-periferia (matérias primas por manufaturados).

Todavia, dois fatores principais podem ser citados como diferencial básico entre esta relação e a tradicional realizada com os países europeus e os EUA. Em primeiro

---

<sup>33</sup> O caso mais polêmico ocorreu na RDC em 2005, o que levou ao CSNU a tratar pela primeira vez sobre o tema do comportamento das tropas e do *accountability* da missões (IISS, 2005, p. 362).

lugar, situa-se o fato de que o valor reduzido dos manufaturados chineses possibilitou a ampliação do consumo de populações mais pobres africanas, o que não era possível no caso dos produtos europeus e norte-americanos.<sup>34</sup> Em segundo lugar, pode-se citar o perfil da parceria e as contrapartidas chinesas para acordos de fornecimentos de matérias-primas. Ao contrário da tradicional relação com os países capitalistas centrais, a China possibilita que os líderes africanos escolham o direcionamento dos recursos para programas mais adequados ao seu próprio projeto econômico nacional.<sup>35</sup> Outro diferencial dessa parceria é que ela é firmada sem condicionantes políticos (melhoria da governança) e econômicos (ajustes estruturais) – o que se percebe como

---

<sup>34</sup> Este fator é central, pois interfere na qualidade de vida da população, a qual hoje em dia disponibiliza, por exemplo, de telefones celulares a preços módicos. Cumpre lembrar que a telefonia celular é, em geral, a única forma de comunicação que atinge os rincões interioranos do continente. Como resultado a China passa a assumir o posto de terceiro parceiro comercial do continente, com um crescimento espantoso do volume de comércio na última década (mais de 30%) (IISS, 2010, p. 289) - alcançando mais de US\$100 bilhões em 2010.

<sup>35</sup> Como resultado, as relações comerciais têm tido como moeda de troca investimentos em infra-estrutura, tais como reparação e construção de conexões de transporte, construção de escolas, hospitais, usinas hidrelétricas e prédios públicos. Mais recentemente, novos setores começaram a ser englobados na contrapartida chinesa para a África, como agricultura nacional, telecomunicações, TI, transmissão de sinais de satélite e serviços financeiros (o Banco Industrial e Comercial da China detém 20% do capital do *South Africa Standard Bank*, o qual opera em 18 países na África Subsaariana). No setor financeiro, importa referir que em 2006 o *Eximbank* da China financiava mais de 200 projetos na África e em esperava-se que em 2011 o valor total de seus projetos alcançassem os US\$20 bilhões.

respeito à soberania dos países africanos. Este perfil de parceria influencia diretamente na segurança desses países, haja vista que o desenvolvimento da infraestrutura nacional possibilita uma maior conexão entre o centro do poder do Estado e regiões periféricas de característica centrífuga. Nesse sentido, apesar do perfil assimétrico e comercialista, a penetração chinesa parece contribuir para a expansão geográfica da capacidade coercitiva do Estado e a supressão de agentes com autonomia do poder coercitivo (grupos armados e senhores da guerra) e de economias de enclave. O caráter positivo de sua penetração fica à disposição das lideranças africanas que queiram utilizar as possibilidades em benefício do processo de construção do Estado.

O Brasil também parece se configurar como uma opção alternativa que contribui para o desenvolvimento do continente no longo prazo, a partir de parcerias mais ligadas a desafios estruturais dos países africanos. Além da crescente aproximação diplomática<sup>36</sup> e comercial<sup>37</sup>, há, atualmente, (i) o desenvolvimento de uma política de

---

<sup>36</sup> Em oito anos de mandato, Lula visitou o continente mais de dez vezes.

<sup>37</sup> O fluxo de comércio entre Brasil e África aumentou mais de 400% desde o início do governo Lula, atingindo o patamar de US\$ 26 bilhões em 2008 (MRE, 2009).

segurança alimentar, com a abertura de escritórios da Embrapa no continente; (ii) esforços para uma política de biocombustíveis, com estudos para a instalação na África de uma unidade produtiva de cana-de-açúcar articulada a uma usina-piloto de etanol; (iii) a inauguração de uma política agrícola de desenvolvimento, principalmente ligada à produção de algodão, com a implantação de fazendas-modelo em Mali, Burkina Fasso, Chade e Benin; (iv) e o fortalecimento de uma política de saúde pública, que já vê resultados com a abertura, em Moçambique, de um escritório da Fiocruz e de uma fábrica de medicamentos genéricos e antirretrovirais. Destacam-se ainda os esforços gerais de cooperação técnica a nível ministerial no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), da EMBRAPA e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Esse comprometimento cresceu ao longo do tempo. Se entre 1995 e 2005 o continente deteve a média de 52% dos recursos financeiros empregados pela ABC na CTPD (com aumento significativo em 1998) (IGLESIAS PUENTE, 2010, p. 313), em 2010 a África ocupava 57,2% dos investimentos brasileiros em projetos internacionais de desenvolvimento (IPEA/BM, 2011, p. 46).

Por outro lado, assim como o modelo chinês, o brasileiro possui alguns limites, entre eles: enfoque estratégico centrado sobretudo nos PALOPs, reduzido conhecimento sobre a África na sociedade, no governo e no setor empresariado brasileiro (a despeito da grande relevância que o continente tem para nossa história, cultura, economia, segurança e política global) e, além disso, pouca compreensão do empresariado sobre as potencialidades do continente africano para apostar e investir nessas oportunidades (IPEA/BM, 2011, p. 8).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mitos sobre o continente africano pecam ao não perceber suas complexidades e diversidades. No âmbito das Relações Internacionais, o ceticismo e o otimismo pouco informado dificultam a análise do problema e reproduzem pré-conceitos. Em oposição a tais visões extremas, na última década, a África conseguiu superar expectativas pessimistas e reafirmar a sua relevância no sistema internacional, ao apresentar uma espantosa

recuperação baseada no crescimento econômico e na renovação da integração regional como alternativa para a segurança e o desenvolvimento. Por outro, lado essa recuperação ainda apresenta limites evidentes.

Na tarefa de evitar a reprodução de mitos, as ferramentas analíticas aprimoradas pela corrente do Novo Regionalismo podem trazer contribuições relevantes. Isso, ao instigar o debate com a teoria e ao lidar com conceitos que parecem mais adequados (interatividade, multidimensionalidade e progressividade). Como exemplo, o estudo (preliminar) da política externa de potências regionais e da penetração extrarregional, como parte do arcabouço do Novo Regionalismo, possibilita a problematização dos papéis de sujeito (políticas de poder e hegemonia) e objeto (autonomia vs dependência) no continente.

O estudo introdutório desses dois elementos evidenciou algumas contradições inerentes a tais processos, pouco discutidas no debate comum (mitológico) sobre o continente. Uma são os aspectos da agência das potências regionais e como diferentes elementos do seu poder (capacidades materiais, interesses

e liderança) coexistem de forma assimétrica, podendo afetar a sua capacidade de interferir nas estruturas regionais (cooperação e conflito). O segundo aspecto é como a penetração extrarregional no continente (estrutura) não é necessariamente nociva (e nem absolutamente positiva) e pode contribuir mais ou menos para a autonomia (agência) do continente. Nesse caso, parece também ser responsabilidade dos próprios países africanos, e das potências regionais, fortalecerem individual e coletivamente (em termos capacidades materiais e imateriais) para que sejam menos dependentes do perfil que a potência global impõe à penetração extrarregional e a direcionem mais adequadamente aos seus interesses. A garantia de processos cooperativos que incluam esses interesses e deem espaço para soluções africanas para problemas africanos parece ser menos responsabilidade da benevolência de potências globais e mais dos próprios países e elites do continente.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSSON, Hans. Hegemon, Region and Nation-State: The Case of Mozambique. In: HETTNE, BJÖRN; INOTAI, ANDRÁS; SUNKEL, OSVALDO (Org.). *National Perspectives On the New Regionalism in the South: Vol. 3*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2000. .
- ACHARYA, Amitav. The emerging regional architecture of world politics (Review article). *World Politics*, v. 59, n. July, p. 629–652, 2007. Disponível em: <[http://journals.cambridge.org/abstract\\_S0043887100004664](http://journals.cambridge.org/abstract_S0043887100004664)>. Acesso em: 26 nov. 2013.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AU. *Audit of the African Union. African Union High-level Panel*. . Addis Ababa: African Union, 2007.
- AUC. *Status of Integration in Africa*. . Addis Ababa: African Union, African Union Commission, 2013. Disponível em: <[http://www.au.int/ar/sites/default/files/SIA2013\(latest\)\\_En.pdf](http://www.au.int/ar/sites/default/files/SIA2013(latest)_En.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- AYOOB, Mohammed. The Security Problematic of the Third World (Review article). *World Politics*, v. 43, n. 02 January, p. 257–283, 1991.
- AZAR, Edward E.; MOON, Chung-In (Org.). *National Security in the Third World: The Management of Internal and External Threats*. College Park: Univ of Maryland CIDCM, 1988.

BABARINDE, Olufemi A. Regionalism and African Foreign Policies. In: WRIGHT, STEPHEN (Org.). *African Foreign Policies*. Boulder: Westview Press, 1999. p. 215–236.

BAQUERO, Marcello. *A Pesquisa Quantitativa nas Ciências Sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BENNET, Jody Ray. Uganda's Oil Opportunity. *Oil Price*, 13 jun. 2010. Disponível em: <<http://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/Ugandas-Oil-Opportunity.html>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

BOSCO, David. South Africa and Nigeria talk Security Council reform. *Foreign Policy*, Washington, 8 maio 2013. Disponível em: <[http://bosco.foreignpolicy.com/posts/2013/05/08/south\\_africa\\_and\\_nigeria\\_talk\\_security\\_council\\_reform](http://bosco.foreignpolicy.com/posts/2013/05/08/south_africa_and_nigeria_talk_security_council_reform)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

BUZAN, Barry; WÆVER, O. *Regions and Powers: the structure of international security*. New York: Cambridge University Press, 2003.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. From OAU to AU: 50 Years of African Continentalism. *Mundorama*, v. 67, n. Março, 2013. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/03/30/from-oau-to-au-50->>. Acesso em: 29 nov. 2013.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CLAPHAM, Christopher. *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLAPHAM, Christopher. *Third World Politics: An Introduction*. London: Routledge, 1985.

COW. *National Material Capabilities (v4.0)*. Disponível em: <[http://www.correlatesofwar.org/COW2Data/Capabilities/NMC\\_v4\\_0.csv](http://www.correlatesofwar.org/COW2Data/Capabilities/NMC_v4_0.csv)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method. In: COX, ROBERT W.; SINCLAIR, TOMOTHY J. (Org.). *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. .

DELOITTE. *The Rise and Rise of the African Middle Class*. . London: Deloitte & Touche, 2013. Disponível em: <[http://www.deloitte.com/assets/Dcom-SouthAfrica/LocalAssets/Documents/rise\\_and\\_rise.pdf](http://www.deloitte.com/assets/Dcom-SouthAfrica/LocalAssets/Documents/rise_and_rise.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

DESTRADE, Sandra. *Empire, hegemony, and leadership: Developing a research framework for the study of regional powers*. . Hamburg: GIGA Research Programme : Violence , Power and Security. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1143902](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1143902)>. Acesso em: 29 nov. 2013. , 2008

DIALLO, Mamadou Alpha. Relações Interafricanas: Senegal e os desafios da Integração Regional. *Século XXI*, v. 3, n. 1, p. 11-24, 2012.

DRAPER, Peter; SCHOLVIN, Sören. *The Economic Gateway to Africa? Geography, Strategy and South Africa's Regional Economic Relations*. . Johannesburg: SAIIA - Economic Diplomacy Programme. , 2012

ESTERHUYSE, Abel. "The Iraqization of Africa? Looking at AFRICOM from a South African Perspective." *Strategic Studies Quarterly*, n. Spring, 2008.

FAWCETT, Louise. Exploring Regional Domains: A Comparative History of Regionalism. *International Affairs*, v. 80, n. 3, p. 429-446, maio 2004. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1468-2346.2004.00391.x>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

FAWN, Rick. "Regions" and their study: wherefrom, what for and whereto? *Review of International Studies*, v. 35, n. S1, p. 5, 23 mar. 2009. Disponível em: <[http://www.journals.cambridge.org/abstract\\_S0260210509008419](http://www.journals.cambridge.org/abstract_S0260210509008419)>. Acesso em: 23 mar. 2013.

FLEMES, Daniel. Regional power South Africa: Co-operative hegemony constrained by historical legacy. *Journal of Contemporary African Studies*, v. 27, n. 2, p. 135-157, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02589000902867238>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

FRAZIER, Derrick; STEWART-INGERSOLL, Robert. Regional powers and security: A framework for understanding order within regional security complexes. *European Journal of International Relations*, v. 16, n. 4, p. 731-753, 21 abr. 2010. Disponível em: <<http://ejt.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1354066109359847>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

GAMES, Dianna. *South Africa as Africa 's Gateway: A Perspective From Business*. . Johannesburg: SAIIA - Economic Diplomacy Programme. , 2012

GILPIN, Robert. *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

HANSON, Jonathan K; SIGMAN, Rachel. *Leviathan's Latent Dimensions: Measuring State Capacity for Comparative Political Research*. . [S.l.]: Paper presented at the World Bank Political Economy Brown Bag Lunch Series. , 2013

HARTMANN, Peter. *Ticket out of poverty*. Disponível em: <<http://r4dreview.org/2008/09/ticket-out-of-poverty/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

HERBST, Jeffrey. *States and Power in Africa*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

HÖHN, Karl Hermann. *Geopolitics and the Measurement of National Power*. 2011. Universität Hamburg, 2011.

HURRELL, Andrew. One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society. *International Affairs*, v. 83, n. 1, p. 127-146, jan. 2007. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1468-2346.2007.00606.x>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD- no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG, 2010.

IISS. *The Military Balance 2004-2005*. London: Routledge, 2005.

IISS. *The Military Balance 2007*. London: Routledge, 2007.

IISS. *The Military Balance 2010*. London: Routledge, 2010.

IPEA/BM. *Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento*. . Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Banco Mundial, 2011.

Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113\\_livropontesobreoatlanticopor2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livropontesobreoatlanticopor2.pdf)>.

Acesso em: 29 nov. 2013.

JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G. Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood. *World Politics*, v. 35, n. 01, p. 1-24, 13 jun. 1982.

Disponível em:

<[http://journals.cambridge.org/abstract\\_S0043887100004160](http://journals.cambridge.org/abstract_S0043887100004160)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

KAHN, M J. The BRICs and South Africa as the Gateway to Africa. *The Journal of The Southern African Institute of Mining and Metallurgy*, v. 111, n. July, p. 493-496, 2011.

KATZENSTEIN, Peter J. *A World of Regions: Asia and Europe in the American Imperium*. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

KELLY, Robert E. Security Theory in the "New Regionalism'." *International Studies Review*, v. 9, p. 197-229, 2007.

KHADIAGALA, Gilbert M. Foreign Policy Decisionmaking in Southern Africa's Fading Frontline. In: KHADIAGALA, GILBERT M.; LYONS, TERRENCE (Org.). *African Foreign Policies: Power and Process*. London: Lynne Rienner Publishers, 2001. p. 131-158.

KHADIAGALA, Gilbert M.; LYONS, Terrence. Foreign Policy Making in Africa: An Introduction. In: KHADIAGALA, GILBERT M.; LYONS, TERRENCE

(Org.). *African Foreign Policies: Power and Process*. London: Lynne Rienner Publishers, 2001. p. 1-14.

LAKE, David A. Regional Security Complexes: A Systems Approach. In: LAKE, DAVID A.; MORGAN, PATRICK (Org.). *Regional Orders: Building Security in a New World*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1997. .

LANDSBERG, Chris. An African “Concert of Powers”? Nigeria and South Africa’s construction of the AU and NEPAD. In: ADEBAJO, ADEKEYE; MUSTAPHA, ABDUL RAUFU (Org.). *Gulliver’s Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War*. Scottsville: University Of KwaZulu-Natal Press, 2008. p. 203-219.

LANDSBERG, Chris. *The Diplomacy of Transformation: South African Foreign Policy and Statecraft*. Johannesburg: Palgrave Macmillan, 2010.

LEMKE, Douglas. Dimensions of Hard Power: Regional Leadership and Material Capabilities. In: FLEMES, DANIEL (Org.). *Regional Leadership in the Global System*. Aldershot: Ashgate, 2010. .

LEMKE, Douglas. *Regions of War and Peace*. New York: Cambridge University Press, 2002.

LTIMES. Libyan investments In Africa - what now? *Lusaka Times*, Lusaka, 27 fev. 2011.

MAKINDA, Samuel M.; OKUMU, F. Wafula. *The African Union: Challenges of globalization, security, and governance*. London: Routledge, 2008.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: WW Norton, 2002.

MONSANTO. *2012 Global Agricultural Productivity Report*. . Washington: Global Harvest Initiative, 2012. Disponível em:

<[http://globalharvestinitiative.org/GAP/GHI\\_2012\\_GAP\\_Report\\_Int.pdf](http://globalharvestinitiative.org/GAP/GHI_2012_GAP_Report_Int.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

MOYO, S.; YEROS, P.; JHA, P. Imperialism and Primitive Accumulation: Notes on the New Scramble for Africa. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 1, n. 2, p. 181-203, 1 ago. 2012. Disponível em:

<<http://ags.sagepub.com/content/1/2/181.refs?cited-by=yes&legid=spags;1/2/181#cited-by>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

MRE. *Reunião do Presidente Lula com Embaixadores brasileiros na África*. Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/02/20/reuniao-do-presidente-lula-com-embaixadores>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

MUBILA, Maurice; AISSA, Mohamed-Safouane Ben; LUFUMPA, Charles Leyeka. *The Middle of the Pyramid: Dynamics of the Middle Class in Africa*. . Tunis: African Development Bank, 2011. Disponível em:

<[http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/The\\_Middle\\_of\\_the\\_Pyramid\\_The\\_Middle\\_of\\_the\\_Pyramid.pdf](http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/The_Middle_of_the_Pyramid_The_Middle_of_the_Pyramid.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

MUSIITWA, Jacqueline Muna; WACHIRA, Charles. *Why South Africa is not the world's gateway to Africa*. Disponível em:

<<http://www.thoughtleader.co.za/archbishopfutufellos/2012/03/29/why-south-africa-is-not-the-worlds-gateway-to-africa/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

NABERS, Dick. Power, Leadership and Hegemony in International Politics. In: FLEMES, DANIEL (Org.). *Regional Leadership in the Global System*. Aldershot: Ashgate, 2010. .

NESNERA, Andre De. UN Security Council Reform May Shadow Annan's Legacy. *VOA News*, Washington, 1 nov. 2006. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20061102142909/http://voanews.com/english/2006-11-01-voa46.cfm>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, v. 36, n. 04, p. 881-901, 1 nov. 2010. Disponível em: <[http://www.journals.cambridge.org/abstract\\_S026021051000135X](http://www.journals.cambridge.org/abstract_S026021051000135X)>. Acesso em: 23 mar. 2013.

ODÉN, Bertil. The Southern Africa Region and the Regional Hegemon. In: HETTNE, BJÖRN; INOTAI, ANDRÁS; SUNKEL, OSVALDO (Org.). *National Perspectives On the New Regionalism in the South: Vol. 3*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2000. .

OECD. *OECD Development Assistance Peer Reviews: Germany 2010*. . [S.l.]: OECD Publishing, 2011.

ORI, Konye Obaji. UN permanent seat: Nigeria taunts South Africa, Egypt. *Afrik-News*, Paris, 7 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.afrik-news.com/article15393.html>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

PAUTASSO, Diego. The chinese continental economy and its gravitating effect. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, p. 45-56, 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782011000400005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>.

Acesso em: 29 nov. 2013.

PEDERSEN, Thomas. Cooperative hegemony: power, ideas and institutions in regional integration. *Review of International Studies*, v. 28, n. 04, p. 677-696, 6 nov. 2002.

Disponível em:

<[http://journals.cambridge.org/abstract\\_S0260210502006770](http://journals.cambridge.org/abstract_S0260210502006770)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

PENCE, Eliot. *Does South Africa really understand Africa?*

Disponível em:

<<http://africanarguments.org/2012/11/19/does-south-africa-really-understand-africa-by-eliot-pence/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

PLOCH, Lauren. *Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa*. . [S.l.]: US Congressional Research Service, 2011.

PORTEOUS, Tom. *Britain in Africa*. London: Zed Books, 2008.

RENOU, Xavier. A New French Policy for Africa? *Journal of Contemporary African Studies*, v. 20, n. 1, p. 5-27, jan. 2002.

Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1080/02589000120104035>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

REUTERS. FACTBOX-Libyan investments in Africa. *REUTERS*, 8 mar. 2011.

RFI. La France se prépare à intervenir en Centrafrique. *Radio France Internationale*, Paris, 23 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/afrique/20131123-france->

prepare-intervenir-centrafrique-seleka-djotodia-rca-hollande-fabius-misca?ns\_campaign=nl\_AFRIQUE231113&ns\_mchannel=newsletter&ns\_source=emailvision&ns\_linkname=lire-5&ns\_fee=0>. Acesso em: 29 nov. 2013.

ROXBURGH, Charles *et al.* *Lions on the move: The progress and potential of African economies.* . London: McKinsey Global Institute, 2010.

SCHIRM, S. A. Leaders in need of followers: Emerging powers in global governance. *European Journal of International Relations*, v. 16, n. 2, p. 197-221, 24 nov. 2009. Disponível em: <<http://ejt.sagepub.com/content/early/2009/11/24/1354066109342922>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

SHAW, Timothy M.; NYANG'ORO, Julius E. Conclusion: African Foreign Policies and the Next Millennium: Alternative Perspectives, Practices, and Possibilities. In: WRIGHT, STEPHEN (Org.). *African Foreign Policies*. Boulder: Westview Press, 1999. p. 237-248.

SÖDERBAUM, Fredrik; SHAW, Timothy M. (Org.). *Theories of New Regionalism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

TAHA, Muhammad. Egypt calls for Security Council reform. *Daily News Egypt*, Cairo, 31 out. 2013. Disponível em: <<http://www.dailynewsegyp.com/2013/10/31/egypt-calls-for-security-council-reform/>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

THE ECONOMIST. A more hopeful continent: The lion kings? *The Economist*, London, 6 jan. 2011. Disponível em:

<<http://www.economist.com/node/17853324>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

THE ECONOMIST. South Africa: The gateway to Africa? *The Economist*, London, 2 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21556300>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

TIEKU, Thomas Kwasi. Collectivist Worldview: Its Challenge to International Relations. In: CORNELISSEN, SCARLETT; CHERU, FANTU; SHAW, TIMOTHY M. (Org.). *Africa and International Relations in the 21st Century*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011. .

TILLY, Charles. *Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2007.

TODD, Emmanuel. *Depois do Império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

UA; AFDB; NEPAD. *Programa para Desenvolvimento das Infra-estruturas em África*. . Addis Ababa: União Africana, 2012. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/BNDES60\\_PIDA\\_note.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/BNDES60_PIDA_note.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

VASILYEV, Aleksei; KORENDYASOV, Evgeny. Russian-African relations in ten years: a new start. *Russian International Affairs Council*, Moscow, 21 jun. 2013. Disponível em: <[http://russiancouncil.ru/en/inner/?id\\_4=2002#top](http://russiancouncil.ru/en/inner/?id_4=2002#top)>. Acesso em: 29 nov. 2013.

VISENTINI, Paulo F. *A África na Política Internacional: O sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá, 2010.

VIZENTINI, Paulo F. *O descompasso entre as nações*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WB. *World Databank*. Disponível em:  
<<http://databank.worldbank.org>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

WILLIAMS, Paul D. *War and Conflict in Africa*. Cambridge: Polity Press, 2011. p. 320

WONACOTT, Peter. A New Class of Consumers Grows in Africa. *The Wall Street Journal*, New York, 2 maio 2011.  
Disponível em:  
<<http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052748703703304576296663397991894>>. Acesso em: 29 nov. 2013.